

JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA
[organização]

TUDO POR UM TRIZ

[CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE]

VOLUME I

ANDREA ALMEIDA CAMPOS | BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS | CESAR CALEJON | CLÁUDIO RIBEIRO | DANIEL MUNDURUKU | ELIANA ALVES CRUZ | EUGÊNIO BUCCI | EVANDO NASCIMENTO | JOSÉ MIGUEL WISNIK | LAWFARE NUNCA MAIS (ANDREA HAAS, CLEIDE MARTINS SILVA, EDUARDO MEIRELLES E SANDRA URECH) | LUCIA SANTAELLA | MARCELO MEDEIROS | MARIA JOSÉ SILVEIRA | MARCIA TIBURI | NINA SANTOS | PAULO EDUARDO ARANTES | RAQUEL RODRIGUES BRAGA | RENATO JANINE RIBEIRO | RICARDO ABRAMOVAY | THOMÁS ZICMAN DE BARROS | TIGANÁ SANTANA

Thomás Zicman de Barros

[Pesquisador associado do Centro de Pesquisas Políticas (CEVIPOF) da Sciences Po Paris. Doutor em Ciência Política pela mesma instituição, estuda a articulação entre Teoria Política e Psicanálise para analisar experiências populistas e movimentos de protesto contemporâneos. Com Miguel Lago, é autor de *Do que falamos quando falamos de populismo* (Companhia das Letras, 2022).]

1 Em sua tese de doutorado, *The Real (in) Democracy: A Psychosocial Analysis of Populism in the Yellow Vests Movement*, o estudo de caso se referiu ao movimento dos coletes amarelos na França.¹ O modelo teórico desenvolvido em sua pesquisa ajuda a entender o atual cenário político brasileiro?

Minha pesquisa de doutorado estudou o movimento dos coletes amarelos (*Gilets jaunes*), que tomou ruas e estradas da França, entre o final de 2018 e o começo de 2019. Meu principal objetivo era refletir sobre o populismo e como movimentos populistas constroem identidades coletivas. Neste sentido, minha pesquisa nos ajuda a pensar o atual cenário político brasileiro. Hoje, no Brasil, há um líder populista – de tipo reacionário – chamado Jair Messias Bolsonaro. Defendo que, contra o populismo bolsonarista, é preciso um outro tipo de populismo. Um populismo que defenda e aprofunde a democracia liberal. Um outro populismo que, a meu ver, deveria ser encarnado por Lula.

Pode parecer estranho utilizar o termo “populismo” para se referir a coisas tão diferentes, como o movimento dos coletes amarelos, Bolsonaro e Lula. De fato, essa palavra é controversa. Ao mesmo

¹ Thomás Zicman de Barros. *The Real (in) Democracy: A Psychosocial Analysis of Populism in the Yellow Vests Movement*. Institut d'Études Politiques de Paris, 2022.

tempo em que está na moda, ela é empregada indistintamente e sem o necessário rigor. Em geral, “populismo” é um rótulo pejorativo usado para atacar adversários, podendo assumir os mais diversos sentidos. “Populismo” aparece frequentemente como a nêmesis da democracia liberal. O termo é frequentemente usado como sinônimo de demagogia, autoritarismo, irracionalidade, extremismo, personalismo, irresponsabilidade, manipulação, mentira, maniqueísmo, etc. Diante desse emaranhado de significados, o esforço do teórico político é buscar desconstruir esse espantalho e pensar de forma mais complexa a relação entre populismo e democracia liberal.

Minha definição de populismo baseia-se em três dimensões. Primeiramente, o populismo é um discurso que se fundamenta na oposição entre o “povo” e as “élites”. Mas isso não basta. O discurso populista precisa ter um aspecto esteticamente transgressivo. O populismo quebra protocolos e rompe com a forma “normal” de se fazer política. No caso de movimentos com líderes claramente identificados, o chefe populista é muitas vezes “malcomportado” – bruto, deselegante, bonachão, corporal, culturalmente “popular” e, por vezes, até grosseiro. Mas essa transgressão estética também pode ser de outra ordem, não necessariamente ligada à performance de um líder. Há populismo sem líderes claros, e o populismo pode ser esteticamente transgressivo por colocar setores invisíveis em cena, ao falar em nome do “povo” e dar voz, na esfera pública, àqueles que não podiam aparecer – grupos subalternizados, como negros, indígenas, mulheres, pessoas de gênero não-binário, entre outros. A terceira dimensão da definição de populismo reconhece que, ao construir o “povo” como sujeito político, o populismo constitui-se como força capaz de transformar instituições.

Por ser ampla, essa definição nos permite entender que não podemos falar de populismo no singular. Existem populismos, no plural. O próprio movimento dos coletes amarelos demonstra que, ao redor da ideia de “povo”, podem ser construídas diferentes formas de identificação. Tal como ocorreu nas manifestações de junho de 2013

no Brasil, o movimento francês reunia – muitas vezes com atrito – manifestantes dos mais diversos pontos do espectro ideológico.

No movimento dos coletes amarelos na França, havia manifestantes que se identificavam com um populismo de tipo reacionário, que fala em nome do “povo”, para incorporar o que Hannah Arendt chamou de ralé. Sem poder ser confundida com os pobres, a ralé costuma estar marginalizada no debate público, se reproduzindo pela sombra. Ao contrário dos grupos subalternizados, a entrada da ralé na esfera pública não emancipa ninguém. Em nome do “povo”, a ralé vocaliza discursos fascizantes, que buscam reforçar estruturas de dominação. O populismo de tipo reacionário – populismo da ralé – está na raiz do bolsonarismo. É o populismo do pânico moral, do racismo, do machismo, da homofobia. É o populismo dos que se sentem ameaçados pelas transformações trazidas pela modernidade – dos que querem um líder forte que reestabeleça a ordem, se preciso, com uso de tanques e de milícias. O “povo” a que a ralé se refere é ressentido, rancoroso e excludente, se fecha a tudo o que é diferente e vê os adversários como inimigos a serem eliminados.

No movimento dos coletes amarelos, existia também outra forma de populismo, um populismo emancipador. Entre os manifestantes, havia quem falasse em nome do “povo” para pensar em um país radicalmente diferente e mais inclusivo. O populismo emancipador não busca reafirmar as formas de dominação hegemônicas, mas colocá-las em xeque, buscando incluir mais gente. Vale ressaltar que, ao contrário do que ocorre no populismo reacionário, o populismo emancipador não coloca em questão a democracia liberal. Ele tensiona os pontos cegos da democracia liberal, em nome da própria democracia liberal. Busca radicalizar a democracia liberal, indicando os pontos em que suas promessas ainda não foram cumpridas.

Entendo que é esse tipo de populismo emancipador que Lula deveria encarnar. Mais do que ninguém, Lula consegue construir um vínculo carismático com o “povo”. Em seus dois governos, ele adotou importantes e inovadoras políticas de inclusão de grupos

marginalizados. É preciso ir além. Lula frequentemente opõe o “povo” às “elites”, aos “poderosos”, mas é acima de tudo uma figura conciliadora. A conciliação é muito bem-vinda se puder ser traduzida em avanços. E isso só ocorrerá se houver um movimento populista que, inclusive transcendendo a liderança de Lula, reúna movimentos sociais em torno de uma referência ao “povo” que engaje os cidadãos numa promessa de inclusão e de profunda transformação social. Um populismo que permita ousar pensar em um país diferente. Apenas assim que os vínculos afetivos que sustentam o bolsonarismo encontrarão adversário à altura.

2 Em alguma medida, as grandes manifestações de 2013 seguem desafiando as tentativas de interpretação. Sua abordagem psicanalítica do populismo ajuda a iluminar o fenômeno? É possível identificar repercussões da Esfinge de Junho na ascensão da extrema direita no Brasil?

Abordar populismo e psicanálise ajuda a entender o que ocorreu no Brasil entre junho de 2013 e a ascensão do bolsonarismo, pois permite a entender a função dos afetos, fantasias e desejos na esfera política. No discurso antipopulista corrente, o populismo é frequentemente associado à desrazão, ao apelo emocional, como se isso fosse um problema. No esforço de desconstruir as visões pejorativas do populismo, se percebe que a oposição entre razão e emoção não se sustenta. Além de servir para calar setores subalternizados – mulheres, negros, indígenas e jovens são muitas vezes taxados como histéricos, selvagens, irracionais –, essa oposição ignora que todo discurso envolve afetos, fantasias e desejos. E que a força de um discurso depende dos afetos que ele mobiliza.

Como no caso dos coletes amarelos na França, muitos têm dificuldade para interpretar as manifestações de junho de 2013 no

Brasil, precisamente por seu caráter ambíguo. Os protestos de 2013 não começaram dominados pela direita radical. Ao contrário, em seu início, traziam a promessa de aprofundamento da democracia liberal. Para se entender como essa promessa foi perdida em favor da ascensão de um populismo reacionário, é preciso estudar quais afetos, fantasias e desejos dominaram o debate público no Brasil.

Três momentos levam-nos de junho de 2013 à ascensão do bolsonarismo. Em um primeiro momento, aproveitando-se da desconexão de parte da militância petista com as ruas e da falta de liderança dos grupos que iniciaram as manifestações, a grande imprensa conseguiu impor sua leitura sobre os protestos. Se, a princípio, junho de 2013 pode parecer um movimento horizontal, sem líderes claros e organizado pelas redes sociais digitais, pesquisadores como Nina Santos têm mostrado como a imprensa tradicional conseguiu pautar grande parte do discurso sobre as manifestações. Em 2013, os grandes veículos de imprensa voltaram a mobilizar um discurso contra lideranças que ameaçam a ordem, fortemente utilizado ao longo da história: o moralismo anticorrupção, baseado em afetos como ressentimento e rancor. Comum no populismo reacionário, este moralismo lança mão de forte apelo à construção de fantasias que apresentam a disputa entre um “povo” puro e uma casta de políticos corrompidos e parasitas, que goza às custas do suor de quem trabalha.

O segundo momento de ascensão do populismo reacionário no Brasil ocorre com a consolidação do moralismo anticorrupção, notadamente com a conversão do até então desconhecido juiz Sergio Moro em herói nacional. Conduzindo um processo eivado de irregularidades, Moro foi peça central para retirar Lula da disputa eleitoral e, sobretudo, para manchar a imagem do líder petista. O objetivo era desfazer a conexão de Lula com as massas, o vínculo afetivo construído por seu carisma.

O surgimento de Bolsonaro como força política e eleitoral é o terceiro momento da ascensão do populismo reacionário no Brasil –

que assume o nome de bolsonarismo. Bolsonaro converte o moralismo anticorrupção em pânico moral. Ele potencializa o ressentimento e o rancor, combinando-os com o medo e o ódio contra todos os grupos subalternizados. Bolsonaro também joga com as tensões entre reafirmar a ordem e permitir sua transgressão. Por um lado, a ralé bolsonarista encanta-se com a promessa de retorno da ordem, das velhas hierarquias, das certezas da religião e da tradição. Por outro lado, o apelo do discurso bolsonarista a uma ideia de “liberdade” vincula fantasias de que tudo é permitido. Bolsonaro busca tirar a ralé da impotência. As transgressões de Bolsonaro – o fato de ser grosseiro, de dizer que precisamos deixar de ser um “país de maricas” e parar com a “frescura” e o “mimimi” – constroem uma fantasia do triunfo da vontade de um homem branco viril, que faz o que quiser, como quiser, no momento em que quiser.

Se a força do bolsonarismo vem dos vínculos afetivos que ele evoca, para lhe fazer frente é preciso mobilizar afetos. O carisma de Lula é uma peça importante nesse processo. Os afetos, fantasias e desejos mobilizados por Lula não são do mesmo tipo dos de Bolsonaro. O discurso de Lula opõe o “povo” às “elites”, mas nunca construiu bodes expiatórios. Nunca pressupôs um “povo” puro, com uma identidade fechada. O populismo que radicaliza a democracia liberal fala em nome do “povo”, mas constantemente coloca em questão a identidade desse “povo” para incluir mais gente. Ele se abre e acolhe o diferente. É preciso aprofundar essa dinâmica e construir um populismo emancipador que reate com as promessas perdidas de junho de 2013, que coloque as hierarquias sociais em xeque e que permita vislumbrar novos futuros, novos começos, ousando imaginar um país diferente.

3 Como analisa a importância das eleições em outubro de 2022 para o futuro do Brasil?

As eleições de 2022 são as mais importantes desde a redemocratização. Está em disputa o próprio legado da redemocratização – se o país seguirá a trilha inaugurada pela Constituição de 1988 ou se preferirá um projeto que a renega. A eleição de Bolsonaro inaugurou uma série de ataques à democracia liberal e sua reeleição seria ainda mais destrutiva.

Contudo, é problemático se colocar toda a ênfase no próximo processo eleitoral. Eleições são momentos-chave em que muito se decide, mas a simples derrota eleitoral de Bolsonaro não resolveria os problemas do país. Na melhor das hipóteses, tratar-se-ia de um necessário mas ainda modesto primeiro passo. O bolsonarismo não é apenas um fenômeno eleitoral. Em certa medida, Bolsonaro já não se importa com as eleições – seu flerte com ideias de golpe e sua tentativa de deslegitimar as urnas mostram que vencer não é sua prioridade. Bolsonaro busca construir um movimento que se enraíze na sociedade. Isso significa que, para além das urnas, há muitos desafios a serem enfrentados para que se supere não apenas a figura de Bolsonaro, mas o bolsonarismo enquanto força política. Nesse sentido, o populismo emancipador não pode ser uma mera estratégia para vencer nas urnas, mas deve se constituir como força de transformação, que enfrente os profundos problemas da sociedade brasileira.

Não se pode achar que a derrota de Bolsonaro levará o Brasil de volta a uma normalidade democrática liberal. O bolsonarismo não é apenas um breve parêntese da nossa história, que se poderia conter e renegar, extirpando o mal e voltando ao normal. O populismo bolsonarista é sintoma dos traumas recalcados da sociedade brasileira. O bolsonarismo é sintoma de uma sociedade que nunca soube lidar com seu passado colonial, escravista e ditatorial, e que,

mesmo após a redemocratização, segue lhe assombrando. A ideia de que um cordão sanitário contra Bolsonaro seria suficiente para resolver a vida política brasileira é narcisista. Externaliza no clã Bolsonaro e em seus seguidores tudo o que há de ruim na sociedade brasileira, de forma a preservar o arranjo institucional do país, como se ele fosse impecável. Não percebe que o mal que se busca extirpar é, na verdade, produto das falhas e dos pontos cegos da democracia liberal do Brasil.

Muito se fala sobre como o populismo reacionário ameaça as instituições da democracia liberal. Como dito acima, o populismo emancipador que Lula deveria encarnar não ataca a democracia liberal. Ele é o instrumento por meio do qual os setores subalternos e invisíveis podem se fazer ouvir e reivindicar seu lugar na democracia liberal. Para isso, é preciso transformar muitas instituições, aqui entendidas de modo amplo, como regras escritas e não-escritas de vida social. O populismo emancipador que Lula deveria defender a Constituição de 1988 e seu legado, reconhecendo contudo que há milhões de brasileiros a quem as promessas da democracia liberal ainda não chegaram. O mérito desse populismo é saber que defender a Constituição de 1988 é precisamente defender seu aprofundamento. É defender transformações institucionais que expandam e ampliem os direitos a todos.

Não basta ficar na defensiva. Defender a democracia liberal é o mínimo, mas ainda é muito pouco. É preciso trabalhar ativamente para seu aprofundamento e ousar pensar um país diferente. Em nome do “povo”, é preciso agir para que toda forma de discriminação seja questionada.